

# “Salazar, um fascista?” Debate sobre a natureza ideológica do Estado Novo português a partir do jornal *Portugal Livre*

*Franco Santos Alves da Silva*

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

[alvesfranco@hotmail.com](mailto:alvesfranco@hotmail.com)

---

**Resumo:** O Estado Novo sob a égide de António Oliveira Salazar surgiu no período entreguerras, 1926, e perdurou até a Revolução dos Cravos, em abril de 1974. Ele guarda, desde seu surgimento, semelhanças com o regime do nacional-socialismo alemão de Adolf Hitler e com o fascismo de Benito Mussolini. Isto posto, este artigo busca fazer uma discussão dos elementos autoritários do salazarismo, trazendo à luz do debate as opiniões dos jornalistas envolvidos na publicação do jornal *Portugal Livre*, editado no Brasil por exilados do Estado Novo português. Ademais, será trazida à historiografia sobre o tema, sobretudo a respeito de questões como a repressão, o partido único, os grupos de mocidade juvenil, o culto ao líder e a censura. Por fim, compreende-se a adjetivação, pelos opositores do referido periódico do Estado Novo como fascista uma estratégia de denúncia e condenação do regime para a comunidade internacional.

**Palavras-chave:** Estado Novo português. Fascismo. Oposição.

---

## Introdução

Portugal foi palco do mais longo regime autoritário da Europa ocidental no século XX, isso se tomarmos o período da Ditadura Militar, entre 1926 e 1928, a Ditadura Nacional, entre 1928 e 1933 e o Estado Novo, iniciado em 1933 e findado em abril de 1974. Em 28 de maio de 1926, foi iniciado um golpe militar, liderado por Gomes da Costa e José Mendes Cabeçadas a partir de Braga rumo à Lisboa<sup>1</sup>. A justificativa para o golpe era a intenção de pôr fim à instabilidade econômica, e, principalmente política, que o republicanismo vinha demonstrando. Desde o início da 1<sup>a</sup>. República, instaurada em 5 de outubro de 1910, houve instabilidade política e social marcada por uma série de acontecimentos: atentados com bombas e grandes protestos dos movimentos anarco-

---

<sup>1</sup> Ver ROSAS, Fernando. “A Crise do Liberalismo e as origens do “Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal.” Penélope, nº 2, 97-114, 1989.

sindicalistas. Já na década de 1920, viu-se a sucessão de mais de vinte presidentes do conselho, em meio a sucessivos assassinatos e tentativas de golpes de estado<sup>2</sup>.

O presente artigo tem como objetivo compreender a natureza ideológica do Estado Novo protagonizado por António Oliveira Salazar a partir do ponto de vista dos opositores ao salazarismo, envolvidos no jornal *Portugal Livre*, publicado por portugueses exilados em São Paulo entre 1959 e 1961. O editorial caracterizava-o como “fascista”, e tinha o objetivo de pedir ajuda para uma Europa que, não só buscava se restaurar dos horrores da Segunda Guerra Mundial, mas também condenava as ações que carregassem marcas dos regimes de Adolf Hitler e Benito Mussolini. Ademais, buscaremos estruturar, de modo sucinto, as diferentes instituições do Estado Novo, sobretudo uma breve explanação acerca da oposição nas diferentes fases do regime, bem como das diversas ações por parte do governo que atenuou seu caráter ditatorial como a censura e a perseguição da polícia política.

António de Oliveira Salazar era professor de economia na Universidade de Coimbra quando foi chamado para o Ministério das Finanças; porém, nele permaneceu por pouco tempo e acabou voltando dois anos mais tarde, a convite do então presidente Marechal Óscar Carmona em 1928. Contudo, impôs uma série de exigências e condições ao reassumir o cargo. A Primeira República (1910-1926) portuguesa foi um período de instabilidade política, com intensa troca de chefes de governo e presidentes. O presidente possuía o poder para nomear o primeiro-ministro e chefes de governo. Em pouco tempo, Salazar trouxe um relativo equilíbrio às contas públicas e ganhou prestígio, e em 1932, já como presidente do Conselho de Ministros, publicou um projeto da nova Constituição, aprovada no ano seguinte e que deu início ao Estado Novo, sendo substituído por Marcello Caetano em 1968, em virtude de problemas de saúde.

Ainda que lentamente e em diferentes momentos na sua ascensão à Presidência do Conselho, Oliveira Salazar criou uma série de medidas que visavam à centralização dos poderes. De modo muito sucinto, tais medidas iniciaram ainda no período da ditadura militar com a abolição dos partidos políticos e a criação de um partido único, a União Nacional. Em janeiro de 1930, Salazar assumiu a Pasta das Colônias, entre outras medidas, sancionou o Ato Colonial que visava da parte interna, refrear as revoltas no ultramar português, de modo que as “províncias ultramarinas” passariam a ser chamadas

---

<sup>2</sup> O Presidente do Conselho de Ministros é um papel central no governo português. Coordenava os diversos cargos dos ministros, podendo o próprio presidente possuir alguma pasta além da presidência. Prestava contas ao presidente da república.

de “colônias”, com aumento de subordinação à metrópole, o Ato era extremamente nacionalista e não punha em questão a legitimidade da posse das colônias por parte de Portugal (MENESES, 2010, p. 119).

Depois da constituição de 1933, houve uma remodelação completa no governo, com a nomeação e remanejamento de uma série de ministros, realizadas por Salazar. A constituição dava contornos claros ao Estado Novo e previa uma “república unitária e corporativa”, conforme consta no 5º. Artigo, de forma a definir a natureza orgânica do novo Portugal: “o estado português é uma república unitária e corporativista, baseado na igualdade do cidadão perante a lei”<sup>3</sup>. Assim, segundo Meneses (2010, p. 131)

Começava com uma definição do território e elevava-se depois do solo, através do indivíduo, com os seus direitos e responsabilidades, passando para a família, as corporações, o poder local e depois assuntos como a “Ordem Económica e Social”, a educação e cultura, assuntos religiosos, defesa e finanças. Só então se referia aos atores políticos a nível nacional e, mesmo aí, o Governo tinha de guardar a sua vez depois do Presidente da República, da Assembleia Nacional, e da Câmara Corporativa.

Todas essas questões, na prática, instituíam uma “ditadura do Presidente do Conselho” e conduziria o governo para um Estado policial (PINTO, FREIRE, 2010, p. 31).

O processo de “corporativização” do Estado Novo aumentou quando foi sancionado o Estatuto do Trabalho Nacional, em setembro de 1933, inspirado na *Carta del Lavoro* do fascismo italiano. O estatuto abolia os sindicatos e criava grêmios que obrigavam industriais, comerciantes e agricultores a agruparem-se nessas novas formas de associação (PINTO, FREIRE, 2010, p. 140). Em seguida, foi criado o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, órgão espalhado por todo o país e responsável por fiscalizar, legislar, controlar e mesmo dissolver os novos sindicatos. Já em 1935, criou-se a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), também inspirada no *Dopolavoro* italiano, que “tinha por objetivo aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral” (PINTO, FREIRE, 2010, p. 162), como a organização de passeios, colônias de férias, torneios desportivos, cursos e palestras. Toda essa estrutura era supervisionada pelo governo por intermédio dos subsecretários das Corporações e, posteriormente, pelo Ministério das Corporações. De acordo com Eric Hobsbawm (1995,

---

<sup>3</sup> PORTUGAL. Constituição (1933). Constituição da República de Portugal. Lisboa. Assembléia da República, p.5. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>. Acesso em 19 de mar. de 2019.

p. 118) Portugal do professor Oliveira Salazar, seria um dos exemplos mais bem acabados de Estado corporativo, como encontrados em países católicos<sup>4</sup>.

A Constituição de 1933 manteve separada a Igreja do Estado, porém privilegiando a igreja católica, pois esta estava historicamente enraizada nos meandros institucionais, culturais e nos costumes de Portugal. Mesmo apontando para contornos vagos nessa relação, a constituição garantia a “liberdade de ensino”, “inviolabilidade de crenças e práticas jurídicas” (REZOLA, 2010, p. 250), além de reconhecer o culto público e a personalidade jurídica das associações religiosas. Entretanto o texto jurídico da Constituição não pode ser tomado para balizar as ações práticas do regime do Estado Novo. Ademais, este era um modo de contornar a reputação internacional na classificação “ditadura”.

O regime era centrado no lema “Deus, Pátria e Família”, doutrina baseada em certa moral cristã e difundida por organizações juvenis, como a Mocidade Portuguesa, e paramilitares como a Legião Portuguesa, assim como na educação fortemente ideológica e nacionalista<sup>5</sup>. Ao contrário dos chefes europeus dos anos 1930, Salazar, sem títulos militares, era avesso a condecorações e homenagens. Diferentemente dos líderes fascistas da década de 1930, o líder português fez aparições públicas raras, com um comportamento discreto e reservado, não possuía uma oratória forte e fervorosa e apresentava-se em ternos civis (LÉONARD, 1998, p. 53). Mesmo assim, o regime era baseado no “culto ao chefe”, com uma figura forjada como “salvador da pátria” pelo Secretariado de Propaganda Nacional<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Segundo Hobsbawm, o corporativismo pode ser percebido em “regimes conservadores, não tanto defendendo a ordem tradicional, mas deliberadamente recriando seus princípios como uma forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do trabalhismo e do socialismo. Por trás disso havia uma nostalgia ideológica de uma imaginada Idade Média ou sociedade feudal, em que se reconhecia a existência de classes ou grupos econômicos, mas a terrível perspectiva da luta de classes era mantida a distância pela aceitação voluntária de uma hierarquia social, pelo reconhecimento de que cada grupo social ou “estamento” tinha seu papel a desempenhar numa sociedade orgânica composta por todos, e deveria ser reconhecido como uma entidade coletiva. Isso produziu vários tipos de teorias ‘corporativistas’, que substituíam a democracia liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional. Às vezes esta era descrita como participação ou democracia ‘orgânica’, e, portanto, melhor que a real, mas de fato combinava-se sempre com regimes autoritários e Estados fortes governados de cima, em grande parte por burocratas e tecnocratas. Invariavelmente limitava ou abolia a democracia eleitoral”. (HOBBSAWM, 1995, p. 117).

<sup>5</sup> Sobre as organizações paramilitares com caráter fascista, ver: RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Estampa, 1996.

<sup>6</sup> Sobre António Ferro, ver: LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. e ADINOLFI, Goffredo. “António Ferro e Salazar: entre o poder e revolução”. In: *O Corporativismo em Português*. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. RAMOS, Jorge. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949)*. Lisboa: Estampa, 1999. PAULO, Heloísa. “Vida e arte

A censura era previamente aplicada a todos os meios de comunicação, enquanto a vigilância e a ordem deveriam ser mantidas pela polícia política, que, entre 1933 e 1944, era realizada pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e, posteriormente, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). As funções da PIDE eram diversas, mas parte da sua estrutura seria para coibir – e punir – eventuais opositores ao regime, que poderiam ser detidos nas prisões de Caxias ou Peniche, ou no campo de concentração do Tarrafal<sup>7</sup>.

### A natureza ideológica do Estado Novo

O debate sobre a natureza ideológica do Estado Novo é longo e caloroso, uma vez que os próprios agentes históricos em foco fazem menção direta a esse ponto. Assim, ressurgiu a pergunta: O Estado Novo liderado por Oliveira Salazar foi ou não fascista? Este artigo não responde tal questão de forma fechada<sup>8</sup>, mas sim propõe um debate com comparações e contrapontos. Para isso, será feito um retorno sucinto e pontual às diferentes opiniões e autores que classificaram o regime como fascista. Ressalta-se novamente que não cabe aqui julgar a conceituação desse grupo e colocá-la em comparação com o debate, mas entendê-la em toda sua riqueza, dentro do seu contexto delimitado<sup>9</sup>.

Inicialmente, é importante destacar que o conceito de fascismo vem sendo utilizado largamente em todos os meios, além do campo das ciências sociais e muitas vezes, de forma errônea e equivocada. Lê-se a todo instante que determinado livro ou filme é fascista ou assiste-se a algum presidencialável usar o termo para desqualificar seu

---

do povo português: Uma visão da sociedade segundo a propaganda do Estado Novo, In: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Revista de História das Ideias (16), Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra: Faculdade de Coimbra, 1994. p. 105-134.

<sup>7</sup> Sobre a PIDE ver: PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. VASCO, Nuno; CARDOSO, Óscar. *Bem da Nação*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998. RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 1995.

<sup>8</sup> António da Costa Pinto realiza uma instigante e profunda análise sobre a evolução do debate sobre aplicabilidade do conceito de fascismo no Estado Novo de Oliveira Salazar. Cf. PINTO, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo europeu*. Problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. E ainda a obra de Leonard Yves que aquece o debate à luz do funcionamento e estrutura do Estado Novo, bem como sua participação na Guerra Civil Espanhola e Segunda Grande Guerra. Cf. LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Editorial Inquérito. Portugal, 1998.

<sup>9</sup> Manuel Loff, em sua tese de doutorado, apresenta um dos mais completos esquemas de evolução e diferença de opiniões quanto à caracterização da natureza ideológica do Salazarismo e do Franquismo. Nele, o autor explora as abordagens pioneiras, os estudos comparados e as correntes, como a tese totalitária e a tese do fascismo genérico. Cf. LOFF, Manuel. *As duas ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista (1936-1945)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário Europeu: Firenze, 1994.

opponente. O conceito foi se (des)construindo de maneira que quase todas as formas de intolerância, violência e racismo são classificadas como fascismo. Ou seja, foi embutido de um maniqueísmo tal, que se tornou um adjetivo pejorativo, em muitas vezes é utilizado como se estivesse desprovido de qualquer significação histórica. O que se pretende neste artigo é compreender este conceito como fenômeno histórico, a fim de ser entendido dentro de seu contexto.

Os estudos pioneiros sobre os regimes fascistas na Europa, ainda recentes à Segunda Guerra Mundial, ignoravam o caso de Portugal. Segundo Pinto, autores como o húngaro Mihály Vajda ou o francês Roger Bourdeon não chegavam nem a citar o regime salazarista em suas obras e dedicavam pouco espaço ao franquismo espanhol (PINTO, 2007, p. 19).

Essa primeira geração de autores a trazer o assunto à tona eram sociólogos e estudiosos da ciência política por meio de obras específicas sobre Alemanha e Itália, deixando pouco espaço para os países “periféricos”<sup>10</sup>. Por consequência, as abordagens sobre Portugal ilustravam sempre as diferenças sobre os modelos considerados principais, como o alemão e italiano.

O salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária” (PINTO, 2007, p. 19).

A longa duração do regime é um dos pontos fulcrais das análises acerca do Estado Novo, haja vista que António de Oliveira Salazar foi Ministro das Finanças em 1928 e, após uma “longa marcha”, torna-se presidente do Conselho Oficial em 1932 até 1968, quando, impossibilitado de governar após uma queda, convergindo para um acidente vascular cerebral, passa o cargo para Marcello Caetano, que governará até a Revolução dos Cravos em 1974. Essa longevidade do Estado Novo o distingue de todas as outras ditaduras europeias surgidas no período entre guerras, tornando difícil sua caracterização ideológica.

Como afirmado, o caráter longo do Estado Novo é um dos fatores que servem para apoio quando se trata de classificar a natureza ideológica do regime. Em linhas gerais, não está em questão se durante toda sua existência o regime foi, ou não, fascista. Os autores tendem a separar as análises por períodos: a primeira fase, que vai de 1926 a

---

<sup>10</sup> Importante ressaltar que eram contemporâneos ao Estado Novo, pois tais estudos surgiram na década de 1950 e 1960 do século XX.

1930, configura-se como Ditadura Militar; em seguida, há o Estado Novo, com uma troca de comando de Oliveira Salazar por Marcello Caetano em 1968, o qual se estende até 25 de abril de 1974<sup>11</sup>. De acordo com Payne (*apud* PINTO, 1998, p. 19), há uma intensificação do fascismo somente após 1936, em virtude da conjuntura europeia e dos países fascistas da época. Porém, o regime muda de caráter em 1942, retomando uma postura conservadora, sobretudo após o fim da guerra.

De uma forma hegemônica, os estudos passaram a ter sua base de análise e comparação nos casos alemão e italiano, seja para buscar semelhanças, seja para acentuar diferenças, pois foi, segundo Loff (1994, p. 36),

entre as duas guerras mundiais, todas as experiências (movimentos e regimes) autoritárias antirrevolucionárias – ou seja, que tomavam, antes de mais, como referência negativa iniciática a Revolução Soviética e a ameaça da sua exportação a outras realidades sociais e políticas – tiveram nos casos fascista italiano e nacional-socialista alemão, nesses sim, a sua referência positiva, o que significa que eles simplesmente retiraram lições, reflexões e instâncias construtivas e adaptativas para seu próprio caso, sempre com algum grau de importação sempre com uma imprescindível retórica da *originalidade própria*, a reivindicação de um caráter *nacional* (em várias acepções do tempo) do modelo próprio.

Havia uma tendência muito forte nos estudos comparados entre os regimes ditatoriais no período entre as duas guerras mundiais. Dessa forma, utilizavam as mesmas categorias de análise para o caso de Portugal e alguns países do Leste europeu, afirmando que essas ditaduras sofreram influência da Alemanha e Itália na sua formação e que possuem “traços” fascistas, mas não podem ser consideradas como tal, pois divergem em pontos fundamentais dos movimentos fascistas clássicos.

Utilizando um esquema de tipologia ideal, essas primeiras abordagens, que como afirmado não eram exclusivas sobre o estudo do regime de Salazar, eram ações da sociologia e ciência política. O método de comparação com fascismos clássicos fez aparecer vários fatores que acentuam a diferença entre Portugal e Itália. Segundo Rémond (*apud* PINTO, 1998, p. 202), o caso português ilustra bem tal disparidade, pois o fascismo, ainda conforme o autor, seria um movimento muito diferente das direitas clássicas. Para ele, o “Estado Novo do ditador português, pelo seu caráter estritamente

---

<sup>11</sup> Sobre o período autoritário governado por Marcello Caetano, a Guerra Colonial e o fim do salazarismo, ver: ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. CARVALHO, Luís Pedro Melo de. *O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo*. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009. CABREIRA, Pamela Peres. *"Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades!": Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)*. 2017. 160p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

clerical, pela sua política tipicamente reacionária, estava muito mais próximo da Áustria de Metternich e dos principados reacionários do século XIX do que da Itália mussoliana” (RÉMOND *apud* PINTO, 1998, p. 202).

Esse esquema de tipologia ideal também foi verificado por Mansur da Silva (2006), em Griffin, para abordar as diferentes formas de autoritarismos europeus. O populismo ultranacionalista era traço fundamental na referida tipologia e, dessa maneira, a figura de Oliveira Salazar não se encaixa, pois ele era o inverso do populismo carismático, era um líder reservado que atuava nos bastidores. A ausência de um plano desenvolvimentista por parte do Estado Novo do mesmo modo foi utilizada para fazer essa classificação. O integralismo lusitano e o nacional-sindicalismo liderados por Rolão Preto configuram-se como movimentos fascistas, mas que não chegaram à tomada do poder (SILVA, 2006, p. 35).

A comparação com outras ditaduras europeias também foi abordada por Stanley G. Payne (*apud* PINTO, 1998, p. 42), ao afirmar que, assim como as ditaduras do Leste europeu, a de Portugal é “corporativa [...], institucionalizada [...] autoritária [...], sem nenhum componente partido/fascista” e que a confusão de denominação se deve ao fato de que o fascismo italiano emergiu juntamente com uma série de ditaduras de direita que absorveram traços fascistas. Manuel de Lucena chegou a sugerir que se tratava de um “fascismo sem movimento fascista” indicando que sua longevidade se deve à forte institucionalização do regime.

O binômio autoritarismo/totalitarismo, ao nível da organização do sistema político e dos modelos de enquadramento da sociedade, continuou a dominar as atitudes perante o regime de Salazar. Abordando a natureza política e social do “Estado Novo”, quer os politólogos, quer a maioria dos historiadores em debate, tenderam a classificar o regime numa categoria demarcada do fascismo, sendo o paradigma “autoritário” dominante. No caso de alguns historiadores, a utilização de outras designações, eventualmente menos clara, não é significativa, pois elas derivam da aceitação desta distinção que consideraram operativa. De uma forma ou de outra, algumas “ausências”, como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu carácter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação de demarcar o regime de Salazar (PINTO, 1998, p. 85).

A distinção fascismo/autoritarismo não procede para o autor Manuel Villaverde Cabral, pois o caso português apresenta uma grande variação quando se pensa no fascismo como movimento ou fascismo como regime. Assim sendo, se o enfoque for o estado e sua estrutura, e não os aspectos “coreográficos”, o regime português foi uma das variantes que mais se assemelha ao caso italiano (CABRAL, 1982, p. 19). No entanto, as



abordagens comparativas devem ser lidas com cautela, como bem observa Yves Léonard (1998, p. 139):

Uma análise comparada dos regimes fascistas e autoritários da época entre as duas guerras mundiais pode conduzir a impasses e evidências enganadoras. Ao nível das aporias, surge a tentativa, louvável mas infrutífera, de definir com extrema precisão o fascismo como um ideal-tipo, invólucro vazio que se afastaria indefinidamente da realidade histórica; a verdade evidente consistiria em colocar a tônica apenas na singularidade única de um regime, cada regime sendo necessariamente único enquanto fenômeno histórico.

Já entre os autores portugueses, foi Hermínio Martins quem inaugura as colaborações para entender a ideologia do salazarismo, ao trazer o conceito de *fascistização* nos anos 30, e *refascistização* a partir da Guerra Colonial portuguesa (LOFF, 1994, p. 22).

Mansur da Silva (2006, p. 41) enumera os elementos do Estado Novo que o fazem se assemelhar ao fascismo. Como exemplo, a eliminação de partidos políticos e dos sindicatos livres substituídos pelo partido único União Nacional e uma série de associações oficiais como grêmios para associações patronais, Casa do Povo para localidades rurais; criação de forças paramilitares como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa; repressão e censura pela polícia política, a PIDE, de forma a vigiar continuamente e punir os dissidentes e oposicionistas. Silva (2006, p. 42) interpreta “o regime como autoritário-conservador em sua fundação e fascista em sua estrutura formal político-institucional em sua constituição”.

Os caminhos e interpretações são díspares e ambíguos, como coloca Ernst Cole (1964, p. 21), em um estudo pioneiro comparativo dos regimes surgidos no entre guerras:

Se a simples supressão dos partidos e da liberdade de imprensa fosse considerado um suficiente critério de fascismo [...] falta-lhes (aos regimes ditatoriais que surgiram entre as duas guerras) o apoio popular e o potencial partido único [...] originalmente, este também falta no Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque no fundo o Estado Novo é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal quer o corporativismo foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não tem origem independente e nem vontade própria.

Manuel Loff (1994, p. 51), por seu turno, caracteriza o autoritarismo

como o modelo de organização sistêmica de um estado que pode estar impregnado de ideologia fascista, ou comunista, ou ultranacionalista (e também neste caso por sua vez o nacionalismo pode aparecer associados a outras ideologias), ou formalmente (mas não socialmente) democrática em Estados que, definindo-se constitucionalmente democráticos, passam por ciclos autoritários. [...] O que não me parece é que *autoritarismo* e *totalitarismo* possam ser descritos como ideologias *per se*, que estruturam global, coerente e especificamente o complexo ideológico de um regime, por

mais que contaminem, porque, isso sim, o fazem, a generalidade da sua prática”.

Conforme Pinto (2007, p. 95), o regime de Salazar constitui uma ditadura de governo, e não de partido. O autor propõe uma tipologia das relações entre partido e estado e conclui que “se o fascismo foi autoritarismo, nem todos os autoritarismos foram fascistas” (PINTO, 2007, p. 95). Ainda, segundo António Costa Pinto (2007, p. 102), “o caso português foi um típico exemplo de edificação de um regime autoritário num pequeno e periférico país europeu, sem intervenção determinante das (ou da) potências dominantes e com um carácter genuinamente nativo”; acrescenta sobre as origens do regime: “É na ideologia da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural que se encontram as origens ideológicas e políticas do Regime de Salazar” (PINTO, 2007, p. 122). Enfim, há uma concordância quanto ao carácter autoritário do Estado Novo, mas não há consenso em classificá-lo enquanto fascista.

É interessante notar que algumas classificações dadas por estudiosos coincidem com a autoimagem que o regime fazia e propagava sobre si, tal como a originalidade ideológica do regime, como visto em Costa Pinto. Vejamos a denominação do próprio Salazar, em uma entrevista com António Ferro (1998, p. 75), um dos arquitetos do salazarismo:

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da austeridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém nos seus processos de renovação. A ditadura fascista rende para um cazarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos.

Apesar de Salazar comparar-se, em parte com o regime de Mussolini, ele pinta ainda mais as diferenças, pois busca demonstrar que, assim como o bolchevismo e o fascismo são produtos da Rússia e da Itália, respectivamente, a ditadura portuguesa tem seus pormenores que só podem ser entendidos dentro da sua história e geografia (FERRO, 1998, p. 75). Entretanto, sabemos que essa autoimagem não pode ser tomada ao pé da letra, pois provém de ações propagandistas do regime, e que fazem parte de sua ideologia e ações de legitimação.

António Costa Pinto estudou os Camisas Azuis, liderados por Francisco Rolão Preto (*apud* LÉONARD, 1998, p. 76). Possuía este nome em virtude dos uniformes azuis. Era um movimento com forte tradição católica. Segundo Pinto, Rolão Preto criou em 1923, juntamente com João de Castro, o Nacionalismo-Lusitano “o primeiro movimento

português verdadeiramente fascista” (LÉONARD, 1998, p. 76), e, em 1923, fundou junto com os Camisas Azuis o Nacional-sindicalismo (PINTO, 1994, p. 92)<sup>12</sup>.

A segunda metade dos anos 30 é tida como o maior período de fascistização por parte do Estado Novo, de forma que ele teria absorvido elementos do fascismo, até mesmo dos Camisas Azuis. Em 1936, surgiram duas instituições de caráter coreográfico e fascista dentro do Estado Novo – a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. O primeiro era uma organização ideológica e paramilitar com intuito de educar os jovens segundo a moral cristã e cívica imposta pelo regime, atuando, principalmente, na educação infantil; a Legião Portuguesa, por seu turno, implicava aos jovens e adultos, inclusive o treinamento e manejo das armas<sup>13</sup>.

### O jornal *Portugal Livre*

Após este breve e raso voo por sobre as classificações relacionadas ao Estado Novo português, é possível retomar o objetivo proposto e trazer à luz dos esclarecimentos a ideia de fascismo que os participantes do *Portugal Livre* tinham a respeito do regime. Compreendem-se aqui as opiniões expressas pelo grupo na forma de artigos e manchetes publicados no referido jornal, e não as experiências e opiniões pessoais, que podem dar-nos margem para um maior aprofundamento da questão, mas que, por delimitação de pesquisa, não cabem aqui nomear.

O contexto de perseguições, cotidiano vigiado e frustrações quanto à situação política em Portugal gerou grande decepção em profissionais de diversas áreas. Os que estavam envolvidos em movimentos da oposição clandestina viram a expectativa profissional se esvaír e sobrar uma reduzida, quando não inexistente, oportunidade de trabalho; da mesma forma, ocorreu a exclusão gradual para aqueles que estavam inseridos na vida acadêmica. Já a censura atingiu diretamente os que trabalhavam com a liberdade de expressão e criatividade, tais como jornalistas, escritores e artistas. Dessa maneira, podem-se dividir os motivos na escolha em partir para o exílio em dois grupos: pessoais e políticos. Não é possível, todavia, fazer uma separação total entre ambas as categorias, visto que contexto político e razões pessoais estão numa linha tênue na

---

<sup>12</sup> Sobre os camisas azuis e movimentos fascistas, ver: PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologias, Elites e Movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Editorial Estampa: Lisboa, 1994.

<sup>13</sup> Sobre a Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa, ver: RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. PIMENTEL, Irene Flunser. *Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007. VIEIRA, Joaquim. *Mocidade Portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

história de vida desses portugueses. Dentre os motivos destacam-se a desilusão com a situação da pátria, a falta de perspectiva, a perseguição por parte da polícia política, dificuldades de organizar a oposição dentro do país, além da falta de oportunidade de trabalho e a forte censura, bem como os laços amorosos e contatos com portugueses já estabelecidos no exílio.

Um total de dezesseis edições mensais do *Portugal Livre* foram publicadas entre 1959 e 1961, na cidade de São Paulo, e enviadas para a colônia de portugueses exilados no Brasil, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, e mesmo para a terra natal. Entre os colaboradores podemos destacar os militares dissidentes do salazarismo, Humberto Delgado e Henrique Galvão, bem como os jornalistas provenientes do *Diário de Notícias*, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Victor da Cunha Rego, Pedroso Lima, e o brasileiro Claudio Abramo, diretor da publicação, mesma posição que tinha no *O Estado de S. Paulo*. O jornal surgiu após uma dissidência de outra publicação, *Portugal Democrático*, buscando uma forma de oposição mais direta e agressiva para tentar derrubar o Estado Novo em Portugal (SILVA, 2012, p. 09).

No artigo “Hitler e Salazar”, o jornal *Portugal Livre* faz uma comparação entre os dois chefes com trechos transcritos da entrevista de Felix Correa com Adolf Hitler e publicada nos dois países, sob o título “Quem vem lá?”. Quando o líder nazista alemão diz que “as boas relações em Portugal interessam-me profundamente, tanto mais que o atual regime português as inspira em princípios e objetivos que em muitos campos são orientados no mesmo sentido que o alemão”<sup>14</sup>. O mesmo teor comparativo aparece ao analisar as instituições paramilitares do Estado Novo, como o artigo “Saudações da M. P. Fascista”, em que o jornal critica a relação da citada instituição com a igreja e sobre sua função, que se “subordinou totalmente às tarefas de divulgação do mito salazarista e dos preceitos fascistas”, baseada no “Culto ao heroísmo guerreiro”, segundo o *Portugal Livre*, comum à juventude hitleriana. A matéria é ilustrada com a fotografia do ministro e do subsecretário da educação, numa praça em Lisboa, rodeados por filiados da Mocidade Portuguesa, com as respectivas bandeiras hasteadas e fazendo a “saudação fascista”<sup>15</sup>.

O contingente do jornal *Portugal Livre* era formado por exilados políticos, sendo o fio condutor comum (obviamente com suas variações nas trajetórias pessoais) nas

---

<sup>14</sup>“Hitler e Salazar”. In: *Portugal Livre* nº2, dez. de 1959, p. 3. Acervo Centro de Documentação 25 de abril (CD25a): Coimbra, Portugal.

<sup>15</sup>“Saudações da M. P. Fascista”. *Portugal Livre* nº. 3. jan. de 1960, p. 3. Acervo CD25a.

experiências e relações com o Estado Novo. Muitos dos participantes do jornal foram perseguidos pela polícia política, a PIDE, ou ainda foram impedidos de exercer suas profissões em Portugal, fazendo com que viessem a se sentir “exilados no próprio país”. Ora, o ódio ininterrupto pela esquerda, sobretudo comunista, e a forte censura, foi uma das marcas do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão. Acredita-se que pode ter havido uma releitura dos elementos do salazarismo, especialmente aqueles fortemente vivenciados por esse grupo, como a censura e a perseguição política, comparado aos elementos do fascismo italiano.

Lucena (2000, p. 284) salienta a imagem do regime pintada pelos oposicionistas:

Durante quase quatro décadas a aproximação do salazarismo ao fascismo teve curso fácil, demasiado fácil até tentando-se frequentemente identificar as práticas policiais, judiciais e censórias do Estado Novo com as do totalitarismo e descortinar em Salazar sinistras presenças com Hitler e Mussolini”. E considera que estas são “meras opiniões interesseiras, filhas da polémica e não de um exame sereno e quanto possível objetivo dos termos em apreço.

Não discordamos da possibilidade do termo ser utilizado com a função de chocar e chamar a atenção, especialmente por se tratar de um jornal que tem este como seu fim último: levantar poeira e mostrar o “lado mau” do regime, mesmo que para isso, ou melhor, propositalmente para isso, seja necessário aliá-lo à imagem de dois dos regimes caídos há recentes cinco anos e amplamente condenado pela comunidade internacional. Apesar disso, há ainda um fator indispensável, e que Lucena parece se esquecer do tempo em que viveu tal oposição, pois nos referimos aqui aos contemporâneos do regime, e que, portanto, não teriam, e jamais seria possível ter uma visão geral e panorâmica da qual tem o pesquisador do século XXI. A isso se junta o fator que parte dos oposicionistas exilados aqui estudados na virada dos anos 1950 para 1960, ou passou pela Mocidade Portuguesa, ou pela Legião Portuguesa na segunda metade da década de 1930, e, portanto, presenciou um dos períodos de maior fascistização do regime.

Sobre tal relação, Léonard (1998, p. 187) mostra que os oposicionistas.

Assimilavam de forma clara e direta o salazarismo ao fascismo, um fascismo que, entretanto, se tornou apenas um simples sinônimo de ditadura. Sinônimo redutor e enganador [...] que pode ser explicado pela análise, durante muito tempo superficial, proposta do salazarismo bem como por uma utilização política e prolífica da noção de fascismo. Antiparlamentar, antidemocrático, antiliberal e anticomunista, nacionalista, corporativo e repressor, dotado de um partido único, o regime salazarista acaba por ser rápida e frequentemente qualificado como fascista.

Neste ponto é possível concordar com o autor, pois, como afirmado anteriormente, o grupo fez para si uma leitura que lhe parecia mais clara e certa sobre a realidade que eles viveram sobre o fascismo, o que pode ser visto ao percebermos com

qual meio lutaram na oposição, no caso um jornal, que por si só já era uma afronta à censura e o meio pelo qual exerciam sua liberdade de expressão. Não por coincidência, a Revolução dos Cravos foi levada a cabo com o slogan “*Abaixo a ditadura! Abaixo o fascismo!*”, a mesma assimilação feita pela oposição que atuava na clandestinidade a partir do exílio.

Voltando-se para todos os dezesseis números da coleção completa do *Portugal Livre*, formada por jornalistas portugueses exiliados no Brasil, foi possível identificar dois modos principais de classificação do regime de Oliveira Salazar como fascista. A primeira é a associação direta ao fascismo italiano e nazismo alemão, mediante citações, fotografias e “elementos fascizantes semelhantes”, como a polícia política e instituições paramilitares, como nas matérias citadas. Em segundo, a utilização da palavra fascismo como sinônimo de “regime ou ditadura salazarista”, “fascismo português” ou “salazarismo” como figura de linguagem e artifício de retórica e argumentação. O jornal foi editado quinze anos após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo havia condenado o holocausto judeu da Alemanha nazista; logo, a associação de Salazar a Hitler era também – e não somente – uma tentativa de mostrar que o salazarismo, nascido igualmente no período entre guerras, era passível de realizar ações condenáveis aos olhos de Portugal e do mundo.

Por fim, ressaltamos que, por mais matizada e discutida que esteja uma questão, nunca é demais trazê-la à tona novamente. Principalmente, quando se trata de um conceito que ainda hoje ganha novos significados, quase sempre perversos. Manuell Loff (1994, p. 64), que buscou estudar a visão de António Oliveira Salazar e Francisco Franco sobre a Europa, quando diz:

Que se especifiquem quais as fases/características *fascistas* ou *fascizadas*, quais as *autoritárias*, mas que não se utilize uma só dessas características para definir uniformemente dois regimes que atravessam a metade possivelmente mais contraditória do século passado, reduzindo a preconceito ideológico a utilização doutras categorias de análise.

Os agentes históricos devem ser trazidos ao debate, problematizando-os enquanto justamente contemporâneos ao contexto estudado. Deve-se sim fazer a crítica, entender os porquês, e, principalmente, analisar as razões para tais denominações e classificações.

## A censura e a Polícia Política

Uma série de decretos e medidas foram tomadas na tentativa de conter tanto a insatisfação de pessoas que trabalhavam dentro do regime, quanto aos “desordeiros” que ousavam desafiá-lo. Ainda durante o período da Ditadura Militar, diversos meios legais foram lançados, de modo a conter a oposição interna. O Decreto 16.011, de 9 de outubro de 1928, dizia:

A todos os portugueses que no estrangeiro, quer individualmente, que associados com outrem, promovam a rebelião contra o Governo da Nação ou o descrédito interno ou externo do País, será, independentemente de outro procedimento que no caso couber, aplicada, em Conselho de Ministros, uma multa proporcional aos seus haver e à gravidade dos fatos praticados<sup>16</sup>.

Já o Decreto 20.314, de 16 de setembro de 1931, lançado após a revolta da Madeira, era destinado a funcionários públicos locais e membros das forças Armadas, com castigos desde suspensão temporária a “caça” aos comunistas e às exonerações definitivas<sup>17</sup>. Mas, somente o Decreto 21.493 previa a concessão de anistia a presos políticos e emigrados, lançado em dezembro de 1932, com Salazar já na presidência do Conselho de Ministros. No entanto, abria uma série de exceções, como casos já em curso e julgamento de líderes revoltosos<sup>18</sup>.

O decreto seguinte, 22.468, publicado em 11 de abril de 1933, regulava o direito de reunião, mas depois de obter-se uma autorização do governador civil do distrito competente. Enquanto o Decreto 22.469, do mesmo dia, previa:

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade<sup>19</sup>.

Assim, um decreto complementava o outro: era possível reunir-se ao passo que interditava o “direito de reunião para [...] fins contrários à lei, à moral e ao bem público”

---

<sup>16</sup> *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Lisboa: 1985, p. 172. Fundação Mario Soares. Fundo Francisco Marcelo Curto.

<sup>17</sup> *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Lisboa: 1985, p. 172. Fundação Mario Soares. Fundo Francisco Marcelo Curto.

<sup>18</sup> *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Lisboa: 1985, p. 172. Fundação Mario Soares. Fundo Francisco Marcelo Curto.

<sup>19</sup> *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Lisboa: 1985, p. 142-143. Fundação Mario Soares. Fundo Francisco Marcelo Curto.

(RABY, 1988, p. 175). Enquanto o crime de rebelião era punido com seis a doze anos de exílio nas colônias, ou quatro a oito de prisão (RABY, 1988, p. 175). Não obstante, a censura e a perseguição nas reações de vários jornais portugueses foi um dos motores da revolta – e subsequente busca pelo exílio – para diversos opositores, como aqueles do *Portugal Livre*.

Na primeira edição do *Portugal Livre*, Santana Mota escreveu: “A única coisa perfeitamente organizada em Portugal é a PIDE. Tão organizada e tão forte [...] que nem o próprio Salazar tem força contra ela!”<sup>20</sup>. Extremamente emblemática, pois nos traz uma ponta do quão forte essa instituição se apresentava<sup>21</sup>. O que nos interessa aqui é percebermos a importância que o contingente do jornal creditava à polícia política, de modo que chegava a aparecer em quase todas as edições do jornal.

Outro exemplo foi quando Humberto Delgado chegou ao exílio brasileiro em 21 de abril de 1959 e fez um discurso ainda no aeroporto do Rio de Janeiro, no qual apontou os horrores e tiranias do salazarismo<sup>22</sup>. Narrou para curiosos, portugueses exilados, simpatizantes da causa e jornalistas, as novidades a respeito do regime e os problemas que havia enfrentado com a PIDE, de forma que a comparou a Gestapo, polícia política que atuava na Alemanha nazista (ROSA, 2008, 795). Não obstante, Delgado havia experimentado uma grande pressão por parte da polícia política, desde a campanha até o seu asilo, concedido pelo embaixador brasileiro, Álvaro Lins na embaixada brasileira. Por que Delgado comparou a PIDE a Gestapo? O general ganhou fama pela sua oratória

---

<sup>20</sup> “A PIDE em Angola”, Santana Mota, *Portugal Livre*, São Paulo, nº1, nov. de 1959, p. 5. CDa25.

<sup>21</sup> Sobre oposição e exílio no Brasil ver: SILVA, Franco Santos Alves da. *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: A colônia Portuguesa no Brasil e o Salazarismo*. Coimbra, 2000. (Tese de doutoramento). SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42).

<sup>22</sup> O General Humberto da Silva Delgado, apedelidado, “militar sem medo”, fez carreira na aeronáutica portuguesa. Em 1926, participou do Golpe de que desencadearia o Estado Novo. Foi adido militar na embaixada norte-americana de Washington durante cinco anos, e lá mudou sua visão acerca de Salazar. Foi convidado pela Oposição a ser candidato à Presidência da República em 1958. Cujas eleições eram organizadas de maneira simbólica, pois além de candidatos e resultados arranjados, era o Presidente do Conselho de Ministros quem tinha o real poder. A campanha tomou enormes proporções, levando uma massa de portugueses às ruas. Com o resultado fraudado, vítima de represálias e pressionado pela polícia política, exilou-se no Brasil. Em 1962, já de volta a Portugal orquestrou o fracassado Golpe da Beja. Foi assassinado por agentes da PIDE em uma emboscada em 1965, em companhia sua secretária brasileira Arajaryr Campos, em Badajoz, perto da fronteira com a Espanha. MOREIRA, António. A crise: do “terramoto Delgado” ao golpe da Beja. In: REIS, António (Dir.). *Portugal contemporâneo*. Vol. V. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. pp. 21-36. NEVES, José DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telo (Orgs.) *Humberto Delgado – as eleições de 58*. Lisboa: Editora Veja, 1998. ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado – biografia do general sem medo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.



e por seu modo direto de expor o que pensa. A questão não é a simples comparação de Delgado, e sim usá-la como parábola em tom de denúncia para não somente exilados, como para a imprensa em geral.

A PIDE era a polícia política portuguesa que estava em exercício no período correspondente ao corte temporal proposto nesta pesquisa. Nesta mesma época é acirrada a “caça” aos comunistas, que havia iniciado com a Guerra Fria, o que representou uma ação efetiva por parte da PIDE e uma grande dificuldade de articulação por parte da oposição clandestina (SILVA, 2006, 50). Não obstante, o regime mantinha diversas prisões políticas espalhadas pelo seu território, como a prisão de Caxias, o forte de Peniche, de Aljube, além da colônia penal do Tarrafal, em Cabo Verde, cenário de diversas mortes, com clara inspiração nazi, para onde eram levados opositores, mormente comunistas.

Pode-se notar com isto que a oposição ao regime não era pontual, mas estava voltada contra todo um sistema, em que a permanência no país tornava-se insuportável. Aliada às práticas repressivas e ao cotidiano vigiado, encontrava-se a limitação de expectativas de realização humana. Tratava-se de um conjunto sistemático de formas de expulsão, em que se justapunha um imaginário de nação autoritária conservadora, um aparato institucional repressivo e uma política restritiva da própria expansão do capital, com exceção dos grandes monopólios. Por sua vez, tal conjunto operava a inclusão ou exclusão seletiva em sistemas de privilégios (SILVA, 2006, p. 52).

A censura nos primórdios do regime tinha dois alvos principais, os oposicionistas, de um modo geral, os republicanos, e os fascistas de outro<sup>23</sup>. Houve, por parte da ditadura militar, entre os anos 1926 e 1939, falhas em consecutivos projetos de institucionalização, e, portanto, foi alvo de diversas tentativas de golpe de estado, seja pela oposição pró-democrática, ou advindo extrema-direita (PINTO, 2007, p. 32). E fez com que se criassem, logo nos primórdios do regime, aparatos para garantir sua própria segurança interna, o que levou a um aumento da repressão e da exclusiva dependência do aparato repressivo delegado à Presidência do Conselho, ou seja, Salazar. Houve ainda a ampliação do controle do poder judicial, maioritariamente relativos aos crimes políticos, que fez surgir tribunais especiais, e um setor específico de magistratura, e ainda um maior aumento dos poderes para a polícia política (PINTO, 2007, p. 26).

---

<sup>23</sup> Sobre a censura no Estado Novo ver AZEVEDO, Cândido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho, 1999. E MADEIRA, João et al. *Vítima de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007. E PIMENTEL, Irene Flunser. *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2007.

A censura teve seu pico mais alto na vaga autoritária na década de 1930, quando o regime criou as bases repressoras e censitárias por meio das instituições citadas. A censura poderia agir em casos isolados.

A orientação seletiva da censura constitui também um revelador claro do tipo ideal “organicista”. Numa sociedade onde o conflito foi teoricamente abolido, nada que permita aferir a sua sobrevivência é publicado. O regime, aliás, não proibiu ou dissolveu sistematicamente as publicações afetas à oposição. Estas sobreviveram ao longo dos anos 1930, isoladas ou reduzidas a um público intelectual, e puderam até debater os significados social da arte ou o pacto germano-soviético, desde que mantivessem nos estritos limites dos cafés de Lisboa e não chegassem à classe operária, já que no bastão provinciano e rural Salazar estava descansado e confiava nos modelos de enquadramentos tradicionais (PINTO, 2007, p. 32).

A suspensão dos sindicatos livres e partidos políticos, a criação de um partido único oficial – a União Nacional – o uso sistemático da censura, a ação direta da PVDE, a criação de instituições de caráter fascista e paramilitar, como a Mocidade e a Legião Portuguesa, são fatores que contribuíram e muito para a existência constante de um “clima profundamente repressivo e de um eficaz sistema de controle que se estendia a toda população” (RABY, 1988, p. 10).

Por fim, a pergunta que dá título a este artigo deve sempre ser sempre revisitada. Não havia dúvidas da confirmação de tal indagação para o contingente de exilados envolvidos no *Portugal Livre*. O jornal possuía linha editorial e objetivos políticos claros: a derrubada de Salazar. Se pensarmos os assuntos tratados pelo jornal, ao longo de sua curta existência, em forma de blocos, é possível considerar que o colonialismo, e demais temas ligados a ele, foi o mais abordado, e também um dos mais polêmicos. O mundo estava, aos poucos, condenando as velhas nações colonialistas e foi possível observar com base em uma análise do jornal, que denunciar os abusos e problemas ocorridos em África ajudaria a dar sobrevida às lutas oposicionistas através de apoio de nações estrangeiras, tal como vinha fazendo o *Portugal Democrático*.

Por fim, se transportarmos a pergunta do título para o debate acadêmico, há diversas possibilidades de resposta. De modo que ser improvável que há uma resposta curta e definitiva para ela. Salientamos que não era o objetivo trazer as diversas correntes e posições acerca do fascismo. E que é preciso abarcar os discursos narrativos dentro de cada contexto, sobretudo se pensarmos um regime tão longo, com fases bem distintas entre si. Faz-se necessário compreender a própria dinâmica do Estado Novo português, com suas próprias especificidades. A questão é discutir o fascismo como a caracterização de regimes emergidos no entre guerras, e que, portanto, tem sua historicidade e

contexto, e não unicamente um adjetivo pejorativo que pode ser utilizado entre opositores políticos no século XXI. A compreensão da real natureza do fascismo faz com que percebamos quando ele pode surgir novamente.

---

#### "SALAZAR, A FASCIST?" DEBATE ON THE IDEOLOGICAL NATURE OF THE PORTUGUESE NEW STATE FROM THE NEWSPAPER PORTUGAL LIVRE

**Abstract:** The Estado Novo under the aegis of António Oliveira Salazar emerged in the period between the wars, 1926, and lasted until the Revolução dos Cravos in April 1974. He has kept, from its inception, similarities to Adolf Hitler's regime of German National Socialism with the fascism of Benito Mussolini. This article seeks to make a discussion of the authoritarian elements of Salazarism, bringing to light of the debate the opinions of journalists involved in the publication of the newspaper *Portugal Livre*, published in Brazil by exiles from the Portuguese New State. In addition, we will bring the historiography on the subject, mainly on issues like the repression, the unique party, youth group's youth, the cult to the leader and the censorship. Finally, it is understood the adjective, by the opponents of the referred period, of the Estado Novo as fascist as a strategy of denouncing and condemning the regime to the international community.

**Keywords:** Portuguese Estado Novo, Fascism, opposition.

---

#### Referências

- ADINOLFI, Goffredo. "António Ferro e Salazar: entre o poder e revolução". In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *O fascismo português numa perspectiva comparada*. In: AA. VV. *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, p. 19-30.
- CRUZ, Manuel Braga da. *O Partido do Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- FERRO, António. *Salazar, Le Portugal ET son chef*. Paris, Grasset, 1934. p. 147-148.
- FREIRE, André; PINTO, António Costa. *O Poder Presidencial em Portugal*. Alfragide: Dom Quixote, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Portugal: Editorial Inquérito, 1998.
- LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010. p.119.

PAULO, Heloísa. "Vida e arte do povo português: Uma visão da sociedade segundo a propaganda do Estado Novo, In: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Revista de História das Ideias (16), Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra: Faculdade de Coimbra, 1994. p. 105-134.

PINTO, António Costa. *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa, 1994.

RABY, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal*. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974. Lisboa: Edições Salamandra, 1988.

RAMOS, Jorge. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a "Política de Espírito" (1933-1949)*. Lisboa: Estampa, 1999.

REZOLA, Maria Inácia. A igreja católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROSAS, Fernando. "A Crise do Liberalismo e as origens do "Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal." *Penélope*, nº 2, 97-114, 1989.

ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado – Biografia do General sem medo*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2008.

SILVA, Franco Santos Alves da. *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Franco Santos Alves da Silva** é doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

Recebido em 15/02/2019

Aceito em 30/04/2019